

Mulheres, lazer e família: atravessamentos

Women, leisure and family: crossing

Mujer, ocio y familia: cruces

Cláudia Regina Bonalume^a 

Palavras-chave:

Mulheres;
Direitos;
Lazer;
Família.

RESUMO

Este artigo traz reflexões acerca de como a sociedade capitalista e patriarcal afeta a relação das mulheres com seu tempo e com seu lazer. Com o objetivo de mapear atravessamentos na relação entre mulheres, lazer e família, a partir de uma pesquisa com movimentos sociais brasileiros de mulheres, realizei um estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas com lideranças de movimentos feministas brasileiros. Os resultados apontaram para aspectos macro e micropolíticos que colocam o lazer das mulheres em segundo plano nas reivindicações de tais movimentos. O vínculo estreito com o modelo de família apareceu como uma das motivações que afeta o lazer como direito pessoal. Trago para a reflexão alguns dos aspectos identificados.

Keywords:

Women;
Rights;
Leisure;
Family.

ABSTRACT

This article presents considerations about how the capitalist and patriarchal society affects the way women relate to their time and with their leisure. Based on research carried out with Brazilian social movements and aiming to map these criss-crossings among women, leisure and family, I made a bibliographical study, documental analysis and also interviews with some leaders of Brazilian feminist movements. The results point to both macro and micro-political aspects which cause women's leisure time to be put in the background of their demands. Their close connection with the family model has appeared as one of the reasons why women's idea of leisure as a personal right. Some of the identified aspects are highlighted in order to be reflected upon.

Palabras-clave:

Mujeres;
Derechos;
Ocio;
Familia.

RESUMEN

Este artículo trae reflexiones sobre cómo la sociedad capitalista y patriarcal afecta la relación de las mujeres con su tiempo y con el suo ocio. Com el objetivo de mapear los cruces en lá relación entre mujer, ocio y familia, a partir de una investigación con movimientos sociales de mujeres brasileñas, realicé um estudio bibliográfico, análisis de documentos y entrevistas com líderes de movimientos feministas brasileños. Los resultados apuntaron aspectos macro y micropolíticos que sitúan el ocio de las mujeres em um segundo plano em las reivindicaciones. El vínculo inicial com el modelo familiar apareció como una de las motivaciones que inciden em la idea del ocio como derecho personal. Traigo a esta reflexión algunos de los aspectos identificados.

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Programa de Pós-graduação em Estudos do Lazer. Belo Horizonte, MG, Brasil.

*Autor correspondente:

Cláudia Regina Bonalume
E-mail: cbonalum@hotmail.com

Recebido em 21 de setembro de 2022; aceito em 3 de outubro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20220065>

INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO

O convite deste artigo é para refletirmos sobre algumas das análises que perpassam a relação mulheres, lazer e família, identificadas no meu estudo (Bonalume, 2020). As questões que compõem essas temáticas feministas se constroem a partir de problemas visíveis e reconhecidos, mas também nos níveis imaginário e simbólico, desdobrando-se em esferas específicas, como: espaço público e espaço privado; violência (geral, doméstica e no trabalho); assédio; direitos sexuais e reprodutivos; mercado de trabalho; educação; participação política; maternidade; saúde da mulher; objetificação dos corpos; machismo; racismo; e outras. Meu estudo demonstrou que o lazer encontra pouco espaço na pauta dos movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos das mulheres.

As conexões estabelecidas apontaram para o desejo de um lazer orientado por e para uma realidade de igualdade de direitos, como possibilidade de cada uma de nós mulheres se recriar, cuidar de si, de bem viver. Isto implica em ter liberdade para buscar o que nos satisfaz, conquistar o tempo de lazer, no qual nós teríamos oportunidade de criar acontecimentos que ampliassem a autonomia sobre nossos direitos, vontades e desejos.

O processo de construção desse entendimento e identificação de barreiras que inibem a realização deste desejo se deu no estudo, autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG, que envolveu o referencial bibliográfico, a análise documental e as narrativas de lideranças feministas nacionais entrevistadas. Foram selecionados seis Movimentos Sociais atuantes no Brasil, quais sejam: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹.

Para as seis entrevistas semiestruturadas, realizadas no segundo semestre de 2019, cada um dos movimentos indicou uma de suas lideranças. Por questões éticas não foram utilizados nomes reais, e sim, pseudônimos escolhidos por elas, homenageando mulheres que admiram².

Trago parte das reflexões produzidas pelos diálogos estabelecidos, nas quais o vínculo entre determinadas temáticas feministas transversaliza, a relação lazer,

mulheres e família, iniciando pelas especificidades que constituem o segmento.

“PORQUE AS MULHERES SÃO MÚLTIPLAS” (LORETA)

Cada mulher está situada na sociedade, de modos diferentes e a partir de como se define e, muitas vezes, de como é definida pelos(as) outros(as), seja no que tange aos marcadores identitários, seja em relação aos múltiplos papéis que desenvolve na sociedade: branca; negra; indígena; mulata; mãe; pobre; rica; estudante; trabalhadora; conciliadora; amorosa; rompedora; ativista; jovem; idosa. E, ainda, de acordo com o território onde vive: meio urbano; meio rural; periferia; zona nobre; quilombo; país; terra indígena (Vicente, 2018).

A interseccionalidade entre os marcadores e papéis vai além das somas deles, para alcançar à configuração das relações, das intersecções que se dão entre eles, pelas experiências vividas das sujeitas. Como resultado, as identidades são fluidas, complexas, instáveis e em permanente construção e desconstrução. Ou seja, as realizações e as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de realização e de opressão.

Para que a utopia de uma outra possibilidade de existência, em uma sociedade livre e mais igualitária, possa se aproximar da realidade, é preciso falar de questões estruturais, dos contextos e dos aspectos que entendemos que precisariam ser mudados. “A gente enfrenta o patriarcado como sistema, não como uma prática do cotidiano” (FLORA). O sistema macro do qual Flora falou e no qual vivemos produz e é produto das forças de poder dominantes em cada período histórico.

Esse sistema favorece e estimula o desenvolvimento de determinados aspectos culturais. Carrasco (2012) utiliza o termo androcentrismo para abordar as noções que tratam como universais as referências relativas às experiências dos homens, desconsiderando as das mulheres, a exemplo do uso do termo homem como forma de referir-se ao ser humano. Trata-se de uma naturalização das experiências dos “homens”, como se universais elas fossem. Isto produz e dissemina conhecimentos enviesados, ao não levar em conta que a humanidade é formada por pessoas com diferenças, semelhanças e desigualdades.

Cisne (2015) afirma que as bases do patriarcado são identificadas na dominação do pai sobre a mulher e sobre os(as) filhos(as), a qual avançou para outros campos da vida em sociedade. Trata-se de uma categoria que compõe a base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres. Com força e vigor, o patriarcado é uma categoria indispensável para compreender criticamente a subordinação da mulher e os seus fundamentos. Dora relacionou o patriarcado ao sistema: “No processo de surgimento do capitalismo, controlar as mulheres para controlar a reprodução da força de trabalho foi estratégia política, assim, elas fizeram políticas públicas para elas” (DORA).

¹ Os movimentos foram selecionados a partir de critérios que consideraram a maior participação dos movimentos no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres por perfil de organização (BONALUME, 2020).

² As representantes foram assim nominadas: AMB – Flora; MMM – Dora; UBM Loreta; CUT – Margarida; e CONTAG - Margarida do Campo; UNE – Helenira.

Neste sistema, enquanto os homens eram responsáveis pelo impulso do presente para o futuro, a maior parte das mulheres³ era composta por donas de casa e mães. Se com eles estava – e em muitos casos ainda está – o princípio do progresso futuro, da vida pública, da ocupação dos espaços de poder e de mais funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, gerenciais), às guardiãs do lar ficava (fica) reservada a importante responsabilidade pela tradição e pela reprodução, pela vida privada, porém sem ou com menor valor agregado como a maternidade, a casa, o cuidado, a beleza, o magistério e outras (Tabet, 2004).

Fazendo uma ressalva, Hooks (2018) lembra que, se as mulheres geralmente participam na política de dominação como vítimas, há aquelas que o fazem no papel de perpetradoras, ou seja, são dominadas, mas também dominam, geralmente outras mulheres em posição social inferior à sua e pela maneira como educam diferenciadamente filhos e filhas.

Ainda a respeito disso, Cisne (2015) alerta para a importância de não adotarmos a explicação subjetivista de que as mulheres são submissas, porque incorporam a submissão e sugere que sempre se problematize: “Por que elas incorporam a submissão? Quais as determinações para isto ocorrer? Quais os interesses (e de quem são eles) de reprodução da ideologia patriarcal de submissão das mulheres e de dominação dos homens?” (Cisne, 2015, p. 1.2170).

Neste contexto, fica mantido o pressuposto de que a divisão de poderes entre os sexos não é uma questão natural, não está vinculada às capacidades físicas dos homens e das mulheres, e sim a processos sociais que se iniciam na infância, quando meninos e meninas recebem uma educação sexista. É a cultura reproduzindo os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar. Cumpre, então, perceber e analisar de onde vem essa cultura, como ela é determinada e reproduzida e quem a produz, e não a tratar como uma esfera abstrata, dada por si mesma, isolada das relações estruturais da sociedade e imutável.

Por ser passível de mudança, Bruhns (2009) relaciona com a modernidade, época que se segue ao período medieval, o registro de resistências à invenção dos padrões androcêntricos. É a partir deste cenário que temos visto cada vez mais mulheres ocupando espaços e questionando as “invenções” do sistema capitalista, machista, sexista e patriarcal. “Então, assim, as mulheres, elas têm tido um protagonismo, com todas as dificuldades que a gente tem tido, eu acho que a gente avançou muito, muito, né?” (MARGARIDA).

³ Cumpre registrar que os movimentos feministas de mulheres negras ressaltam que essa não era uma situação comum para as mulheres negras que sempre trabalharam, seja como escravizadas, como trabalhadoras informais ou, em menor escala, no mercado de trabalho formal.

Apesar dos avanços mencionados por Margarida e por Bruhns (2009), o lugar destinado à maioria das mulheres na sociedade ainda tende a estar, predominantemente, vinculado à família, seja a própria ou a de terceiros, como destacou Dora.

“OS ÚNICOS ESPAÇOS PÚBLICOS ‘PERMITIDOS’ SÃO A IGREJA E O POSTO DE SAÚDE” (DORA)

Agora estou pensando aqui: como trabalho em Posto de Saúde, percebo que, para muitas mulheres, os únicos espaços públicos ‘permitidos’ são a igreja e o Posto de Saúde. Muitas vão lá para conversar, encontrar outras pessoas, estar fora do ambiente doméstico (DORA).

A fala de Dora, refletindo acerca das opções de lazer da maior parte das mulheres, reafirma que a divisão de gênero conecta os homens à produção e à esfera pública, inclusive nas vivências de lazer e as mulheres à reprodução e ao espaço privado. Essas conexões persistem para muitas de nós e fortalecem um princípio hierárquico, o qual coloca o primeiro grupo como pertencendo à cultura e o segundo como sendo da ordem da natureza. Trata-se da construção de uma verdade que aloca, por exemplo, o trabalho doméstico e de cuidados como feminino e não o valoriza. Nele as mulheres, em geral, desempenham “trabalho de mulher”, o qual vem associado a condições específicas: informalidade; precarização; abuso de todos os tipos; incluindo o assédio sexual; funções subalternas; e “salários de mulher”, ou seja, menores que os destinados aos homens.

Como consequência, as mulheres têm dificuldade de se incorporar ao mundo de homens, feito por eles e para eles, na base da força física, no qual elas são uma espécie de convidadas (Beauvoir, 2018). Assim, compreender o campo de estudo sobre mulheres e lazer implica ter presente esta construção cultural, social e histórica do feminino e do masculino nas famílias e as relações sociais entre os sexos, marcadas por uma assimetria e por diferentes interpretações em meio às correntes de pensamento.

Beauvoir (2018) afirma que, culturalmente, as mulheres receberam (e ainda recebem) um tipo de educação que as faz acreditar que envolver-se em atividades políticas ou intelectuais, - ao que eu acrescentaria em determinadas atividades de lazer - ou considerar-se igual aos homens em direitos, significaria perder o sentimento de inferioridade que as valorizaria aos olhos da sociedade, ou seja, a feminilidade. A justificativa racional, que se tornou cultural e socialmente transmitida, é apoiada em questões que alegam que a mulher seja fisicamente mais fraca que o homem e que ela tenha a maternidade como tarefa suprema.

Apesar destas construções culturais, muitas mulheres historicamente seguem buscando, ocupando e

conquistando espaço no mercado de trabalho, na política, no lazer e em outros campos, ainda que as dificuldades e as relações de discriminação, exclusão e exploração sejam maiores para elas e por, na maioria das vezes, levarem consigo para os espaços ocupados a responsabilidade e as demandas do trabalho reprodutivo e doméstico. Isto as coloca, cada vez mais, em conflito com a forma de organização do tempo social neste sistema (Ávila e Ferreira, 2014), tempo este que afeta diretamente o lazer.

Resistir, romper, questionar, problematizar, desestabilizar, desterritorializar são verbos que, vivenciados, permitem conhecer a própria realidade, para buscar caminhos que a modifiquem. É por este rumo que Flora nos levou em seus apontamentos na entrevista.

“NÓS TRABALHAMOS DEMAIS E TEMOS DIREITOS DE MENOS” (FLORA)

Flora fez a afirmação que introduz este subtítulo refletindo sobre a sua própria relação com o lazer: *“Falo mais de trabalho do que de lazer, porque nós trabalhamos demais e temos direitos de menos, inclusive o direito ao lazer”* (FLORA). A associação conecta trabalho no mercado e doméstico, cuidados, mulheres e lazer, eixos que transversalizam a vida da maior parte das mulheres e reforçam a dicotomia entre os mundos público e privado.

Para ilustrar, trago um dado encontrado pela pesquisa Lazer no Brasil (Stoppa e Isayama, 2017). As pessoas foram questionadas sobre o que elas faziam por obrigação, nas respostas espontâneas, 61% (sessenta e um por cento) dos homens e 46% (quarenta e seis por cento) das mulheres mencionaram o trabalho remunerado; já os afazeres domésticos representaram obrigação para 33% (trinta e três por cento) dos homens e para 73% (setenta e três por cento) das mulheres. Quando a pergunta foi estimulada, o trabalho manteve os percentuais, no entanto, os afazeres domésticos foram indicados como obrigação para 43% (quarenta e três por cento) dos homens e para 85% (oitenta e cinco por cento) das mulheres. Os resultados chamam a atenção tanto em relação à diferença de quais sejam as obrigações dos homens e das mulheres entrevistados(as) quanto como esta diferença muda entre as respostas espontâneas e aquelas estimuladas. O trabalho é um compromisso obrigatório tanto que a mudança entre a resposta espontânea e a estimulada foi mínima, já os afazeres domésticos e os cuidados diferiram nos dois cenários, indicando que as mulheres sequer os reconhecem como obrigação, espontaneamente. Dora ilustra esta situação.

As mulheres estão indo pro trabalho, mas elas estão pensando na lista do supermercado, elas estão pensando no cuidado, em tudo, todo intervalo, ela está pensando nesse processo do trabalho, do trabalho do cuidado [...] então, eu acho que essas coisas ilustram muito o que que é essa falta de tempo, o que é esse processo da dupla jornada, o que ele faz com a vida das mulheres (DORA).

Carrasco (2012) acrescenta o fato de que à divisão trabalho público/privado deveria ser acrescentada uma terceira categoria, o trabalho doméstico, que não seria o mesmo que o privado, pois os elementos que o compõem não são “próprios”, da/para a pessoa, o que retira dela parte da possibilidade de tomar decisões. Se o privado tem um viés positivo, enquanto forma de se distanciar do mundo exterior e de encontrar bem-estar, lazer, em um espaço reservado, o doméstico seria um “próprio”, mas, no caso das mulheres, voltado “para os outros”, a serviço dos outros, como exemplifica Margarida do Campo:

[...] a gente tem triplas jornadas de trabalho, porque quem cuida da criança é a gente, o cuidado da família, em geral, não só dos filhos, às vezes, tem o cuidado da mãe, do pai, enfim, quem cuida das questões domésticas somos nós, então, assim, pra esse tempo livre, [pausa] e ainda tem, se você for diretora de um sindicato, muitas vezes, você deixa de participar de uma coisa e outra, porque você não tem com quem deixar o seu filho [...] Quando você chega em casa, você, o companheiro chega, você passa o dia trabalhando, além de estar no roçado, de estar fazendo a comida, você tem que deixar a comida na roça, no roçado, ajudar carregar [...] aí, eles, quando chegam do roçado, eles simplesmente concluem, já quer a comidinha no prato, ali, na mão. Nós, não, temos que fazer a comida, cuidar do menino, limpar não sei o quê, lavar uma roupa, tem que passar (MARGARIDA DO CAMPO).

Margarida do Campo lembrou que, assim como no espaço urbano, no espaço rural, a divisão sexual do trabalho remete à mulher o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado. Por não serem consideradas produtivas, nem expressas em valores monetários, estas atividades que tomam as energias e o tempo das mulheres são consideradas improdutivas, invisibilizadas e desvalorizadas pela sociedade. Assim, *“[...] as mulheres não só têm pouco tempo, como não têm corpo para viver o pouco tempo que têm, porque estão exauridos pela dupla jornada de trabalho”* (FLORA).

Em 2016, a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) passou a incluir as atividades domésticas e de cuidados, para além do trabalho remunerado, com uma questão explícita acerca do tempo dedicado ao cuidado com moradores(as) do domicílio, e o detalhamento do tipo de atividade realizada para estimar o tempo dedicado ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana. Entre os resultados divulgados pelo IBGE (*on line*), no tocante aos cuidados, 37% (trinta e sete por cento) das mulheres e 25,6% (vinte e cinco vírgula seis por cento) dos homens declararam realizá-los, em 2017. Em relação às outras atividades domésticas, a participação foi de 91,7% (noventa e um vírgula sete por cento) para mulheres e de 76,4% (setenta e seis vírgula quatro por cento) para homens (IBGE, 2018). Os dados relacionados aos afazeres domésticos dos homens estavam significativamente acima, se colocados em relação aos que foram mencionados na pesquisa

Lazer no Brasil (Stoppa e Isayama, 2017), e o fato pode ter relação com os itens sugeridos como obrigação por uma e por outra, dado que a PNADC incluiu, por exemplo, reparos em casa e cuidados com o veículo, afazeres não detalhados pela pesquisa sobre o Lazer no Brasil.

Analisando os dados da PNADC, De Jesus (2018) afirma que as mulheres, após a infância, passam praticamente toda a vida realizando mais trabalho doméstico não remunerado do que consomem para si próprias. Quanto menores forem a renda e a escolaridade, mais as mulheres produzem este tipo de trabalho. Os homens, ao contrário, independentemente do nível de renda e da idade, consomem mais trabalho doméstico do que produzem ao longo da vida sem, contudo, precisarem pagar por isto. Flora comentou a respeito dos efeitos dessas desigualdades:

Uma das consequências desse sistema sobre nossas vidas é a falta absoluta de tempo, porque nós estamos tomadas pela produção e pela reprodução da vida, porque nós somos constituídas subjetivamente como seres para os outros, [...] O tempo que é só para nós, nossa vida, é tomado pelos outros. E tempo, é valor né? Tempo é o que move esse mundo, e o tempo é existência, a existência é tempo, não é só corpo, é tempo! Então, apropriação do tempo é a apropriação do tempo da vida (FLORA).

O predomínio deste tipo de relação afeta diretamente o lazer. Flora complementa afirmando que “Ele [o lazer] é uma realidade muito, muito, muito distante para a maioria de nós, mulheres”. As experiências qualitativas entre as mulheres, seja no lazer, no trabalho ou em outras vivências são diferenciadas, porém a falta de escolha é uma realidade que assombra o dia a dia da maioria de nós.

Apesar do predomínio deste cenário, Gonçalves (2010) salienta que estudos dedicados aos modos de vida contemporâneos indicam haver algumas novas e diferentes perspectivas relacionais, nas quais a construção de identidades sociais das pessoas tenderia a estar mais relacionada aos domínios do trabalho que às relações de família e de parentesco. Trata-se de uma mudança nas relações sociais, a qual afeta o padrão “homem provedor/mulher cuidadora” que estrutura a “família nuclear”. Essa mudança “[...] explicaria como o trabalho se tornou fundamental na vida de uma parte considerável das mulheres nas ‘sociedades ocidentais’ na contemporaneidade” (Gonçalves, 2010, p. 240). Apesar de se tratar de uma mudança que tira a mulher do mundo privado e a permite conquistar o espaço público, a autora ressalta que é importante termos em conta que o foco muitas vezes está direcionado ao mercado de trabalho e não a ela mesma. Além disso, muitas

[...] calaram sobre a vida privada, como se fora um ilícito. Comprimindo duas vidas nas imutáveis vinte e quatro horas do dia, disseram no trabalho, aceite-me que eu serei como um homem qualquer. Em casa

disseram, eu saio, mas aqui nada mudará, ninguém sequer perceberá que eu saí (Oliveira, 2012, p. 30-31).

Gonçalves (2010) concluiu que o preço pago por essas mulheres, não raras vezes, tem sido uma relativa satisfação pessoal, acompanhada de constantes queixas de estresse, falta de tempo para o lazer, cansaço, culpa, angústia, sobrecarga física e emocional e ansiedade.

Com a falta de apoio dos parceiros e de políticas públicas que envolvam a reprodução da vida, Costa (2014), com base nos resultados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente”, indica que a solidariedade entre as mulheres seria o principal recurso com o qual a maioria das suas entrevistadas contaria para enfrentar as tensões geradas pela divisão sexual do trabalho. Identifiquei entre os documentos da CUT (2014, p. 33) uma proposta diante deste contexto:

Redução da jornada de trabalho sem a redução de salário [...] Para as mulheres, reduzir a jornada significa permitir um aumento de seu ingresso no mercado de trabalho, assim como maior tempo livre para a construção de sua autonomia e uma vida melhor com menos problemas de saúde e acidentes de trabalho, exercendo seu direito ao lazer, ao aprimoramento profissional e a convivência com amigos/as e familiares.

No tocante a esse tipo de reivindicação Loreta chama atenção para a necessidade de uma ressignificação da cultura que relaciona família, mulheres e lazer.

“A GENTE NÃO FOI CRIADA PARA SER FELIZ, A GENTE FOI CRIADA PARA SERVIR” (LORETA)

Eu fui criada com meu pai, aí, tem dia de Páscoa, você vai no bar, está todo mundo lá, os amigos do meu pai, tá todo mundo lá, tomando cerveja, jogando o futebol deles. Quando dá meio-dia e meia ou uma hora, eles têm que ir embora, porque a mulher já terminou de fazer o bacalhau, então, eles vão correndo pra casa, porque a mulher vai brigar, porque ela estava fazendo o bacalhau. Ou seja, essa mulher provavelmente acredite que aquilo ali, e quem sou eu pra julgar, mas o momento que essa mulher teve livre, ela estava, de alguma maneira, ela seguiu servindo, não é? Então a gente está falando sobre isso, sobre, em qual momento da vida da mulher, a existência dela não é para servir? Qual o momento que essa mulher não é, não está servindo alguém? A gente acha que isso é fundamental para as pessoas viverem uma vida menos dolorosa (LORETA).

A provocação de Loreta trouxe a questão da subjetividade, aqui representada pela busca pela felicidade, em alguns casos, vinculada ao lazer, confrontando-se com a cultura do servir, alimentada, principalmente, pelo dever do cuidado, associado às

mulheres. [Vicente \(2018\)](#) lembra que os questionamentos, as críticas e as mudanças, em relação a este tipo de cultura, não são tarefas simples, uma vez que a pressão social para preservar a normatividade existente faz com que as pessoas incorporem e assumam o mandato sobre determinados papéis, a exemplo do que temos visto, na atualidade, quando se fala em defesa da família.

Já nas sociedades gregas e romanas, para que uma pessoa agisse bem e praticasse adequadamente a liberdade, era necessário que se ocupasse de si mesma, cuidasse de si, se conhecesse para que dominasse, em si mesma, os apetites que poderiam prejudicar a si e aos outros ([Foucault, 2004](#)). O autor afirma que o cuidado de si era vinculado ao conhecer-se e envolvia um conjunto de regras de conduta que eram verdades e prescrições que garantiam liberdade à própria pessoa, no sentido de ser livre da escravidão referente a si mesma e aos seus apetites. Ao mesmo tempo, o cuidado de si envolvia a relação com o outro, a qual contribuía para o crescimento pessoal e coletivo: “[...] aquele que cuidava adequadamente de si mesmo era, por isso mesmo, capaz de se conduzir adequadamente em relação aos outros e para os outros” ([Foucault, 2004](#), p. 271).

Esse ocupar-se de si teve conotações diversas entre as sociedades e ao longo da história. [Foucault \(2004\)](#) afirma que, durante o cristianismo, mas não como fruto exclusivo dele, o cuidar de si, o amar-se, passou a ser considerado egoísmo ou interesse individual, como contraponto ao interesse pelo que fosse coletivo, comum, que exigiria o sacrifício de si mesmo. A salvação, para o cristianismo, seria realizada pela renúncia a si mesmo.

Esta parece ser a cultura que predomina, principalmente em relação às mulheres, desde então. [Foucault \(2004](#), p. 272) defende que “[...] não se deve passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si, o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária”.

A pressão social sobre as mulheres, para que elas deixem de lado o cuidar de si, se faz presente em coisas sutis. A pesquisa de [Lôbo \(2015\)](#) ilustra esta situação, ao realizar uma cartografia de revistas femininas brasileiras e perceber que elas, mesmo contemplando conteúdos direcionados a mulheres de classe média e alta, revelam um paradoxo entre o cansaço e a falta de tempo, provocados pela dupla jornada. Apesar disto, há, nos periódicos voltados ao público feminino, analisados pela autora, um certo enaltecimento às mulheres que “dão conta de tudo”: “Reportagens modalizam receitas de sucesso para a leitora alcançar o equilíbrio prometido, com dicas de como lidar com o cansaço e o *stress*, como se fosse normal viver em estado permanente de trabalho e alerta” ([Lôbo, 2015](#), p. 105).

E onde ficaria o lazer nesta equação? A pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres” ([Ávila e Ferreira, 2014](#)), da SOS Corpo e do Data Popular, identificou que a maior parte das

menções ao lazer, por parte das mulheres, foi estimulada pelo(a) entrevistador(a) e se caracterizou por atividades com o envolvimento dos(as) filhos(as), diferentemente dos parceiros masculinos que mantêm as atividades de lazer fora de casa e com amigos. Dora falou sobre isso ao comentar uma pesquisa feita em sua atuação profissional, com trabalhadoras, a qual incluía a questão do que faziam como lazer:

99% [noventa e nove por cento] *das mulheres colocam o espaço de lazer com alguma coisa associada ao cuidado da família, entendeu? Passear com os meninos no parque, levar os meninos no parque, ir almoçar na casa da família, tudo associado com alguma coisa do cuidado. Elas não têm nenhum espaço, nada. As mulheres não enxergam lazer como os homens enxergam, como esse espaço de [pausa] isso de você praticar um esporte, você ir no cinema, sentar no boteco e beber, você ir passear em algum lugar que você gosta. As mulheres não enxergam o lazer como isso, entendeu? Elas, até no lazer, até o lazer, elas enxergam associado à família* (DORA).

Além dos aspectos mencionados por Dora, [Garcia \(2015\)](#) identifica a mãe como figura-chave no desenvolvimento dos(as) filhos(as), em termos de lazer e cultura, inclusive por ser a principal responsável pela motivação e organização do que a figura paterna faz com as crianças no tempo livre.

[Costa \(2014](#), p. 11) chama a atenção para o fato de que “[...] o dilema de lidar com as exigências conflitantes do trabalho e da família, de conciliar o inconciliável e o milagre da multiplicação das horas, deveria deixar de ser um assunto exclusivamente feminino e privado”. Se os homens, a sociedade e o Estado compartilhassem estas responsabilidades, as mulheres poderiam ver reduzida sua carga de preocupação que interfere na vivência do lazer.

Complementando, [Saffioti \(2004\)](#) ressalta que a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, mas são insuficientes para levá-la à emancipação. A eliminação da mentalidade habituada a promover a inferiorização da mulher é o principal desafio.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Mapeando atravessamentos na relação entre mulheres, lazer e família, foi possível agregar elementos à complexa rede que se forma entre mulheres, trabalho remunerado, trabalho doméstico, cuidados com pessoas da família, tempo livre e lazer. O núcleo familiar gera transformações nas experiências de lazer das mulheres, uma vez que a própria família e a maternidade continuam sendo valores fundamentais mais vinculados a elas, pela cultura.

Trata-se de elementos que transversalizam as relações mulheres e lazer em uma rede de construções heterogêneas que compõem essas relações e criam

barreiras ao lazer das mulheres. Superá-las demanda, além da mudança das questões materiais que provocam dominações e desigualdades, a transformação cultural e aquela dos valores associadas a tais questões.

Por fim, ousou indicar pontos para a ideia de um lazer feminista que permita o desenvolvimento de novas potencialidades de vida, pelas quais cada mulher: esteja empoderada sobre seu próprio tempo para criar seu desejo de lazer e fazer suas escolhas com liberdade, e que estas escolhas se deem a partir de múltiplas opções; vivencie momentos de prazer e felicidade no e pelo lazer; se paute pelo bem viver comum e pelo autocuidado; se religue a outras mulheres para compartilhar a vida, o cuidado, os momentos de lazer e o que mais desejar.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à universidade pública (UFMG) que me proporcionou a realização da presente pesquisa, ao meu orientador Helder Ferreira Isayama, pelo apoio incondicional e ao ORICOLÉ, Grupo de pesquisa Laboratório Sobre Formação e Orientação Profissional em Lazer, pelas trocas e aprendizagens.

REFERÊNCIAS

- Ávila MB, Ferreira V, editores. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão; 2014.
- Beauvoir S. Feminilidade, uma armadilha. In: Baptista MM, editor. Gênero e performance: textos essenciais I. Coimbra: Gracio Editor; 2018.
- Bonalume CR. O lazer das mulheres na mesa de negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras [tese]. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2020.
- Bruhns HT. A crise do Lazer Moderno e concepções de corpo. Rev Licere. 2009;12(4):1. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2009.837>.
- Carrasco C. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF); 2012.
- Central Única dos Trabalhadores – CUT. 14ª Plenária Nacional CUT, organizar, lutar e avançar nas conquistas. Guarulhos; 2014. Caderno de Resoluções.
- Cisne M. Feminismo e consciência de classes no Brasil. São Paulo: Cortez; 2015.
- Costa AO. Rotinas de mulher. In: Ávila MB, Ferreira V, editores. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão; 2014.
- De Jesus JC. Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência [tese]. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.
- Foucault M. Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004. A ética do cuidado de si como prática de liberdade.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil: o que é? Rio de Janeiro: IBGE; 2018.
- Garcia CC. Breve história do feminismo. 3ª ed. São Paulo: Claridade; 2015.
- Gonçalves E. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. Cad Pagu. 2010;34(34):235-68. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100010>.
- Hooks B. Feminismo, uma política transformacional. In: Baptista MM, editor. Gênero e performance: textos essenciais I. Coimbra: Gracio Editor; 2018.
- Lôbo CC. Lugar de mulher: Uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 2015.
- Oliveira RD. Elogio da diferença: o feminino emergente. *Rio de Janeiro*: Rocco; 2012.
- Saffioti H. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2004.
- Stoppa EA, Isayama HF. Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados; 2017.
- Tabet P. La construcción social de l'negalité des sexes: des outils et des corps. Paris: L'Harmattan; 2004.
- Vicente TA. As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.